



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**EDITAL DE LICITAÇÃO TRF2 Nº 72/2025**

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

**Rua Acre nº 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20081-000**

**Telefones: (21) 2282-8682 / 2282-8016**

**ATENÇÃO**

**Alerta-se para que a empresa licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento. A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050/2025**

**Processo nº 0001554-91.2024.4.02.8000**

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro(a), designado pela **Portaria SEI DG/TRF2 Nº 206, de 12 de maio de 2025**, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no *sítio*: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 14/07/2025**

**Horário (de Brasília): 13:00 horas**

**Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência; Apêndice I - Termo de Vistoria; Apêndice II - Termo de Confidencialidade para Vistoria Técnica; Apêndice III - Termo de Confidencialidade da Informação;

Anexo II - Planilha de Preços;

Anexo III - Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV – Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V – Minuta do Contrato

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação **de empresa especializada para prestação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição, para o Storage Huawei Oceanstor 5500 V5**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1 - A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 - Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos

consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - **Valor total anual (12 meses)**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste edital

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.6.1.1 - No caso de profissional autônomo, o valor de 20% (correspondente da contribuição previdenciária, a cargo do Contratante, nos termos do art. 37, I, da IN nº 2110/2022 da Receita Federal) e o custo efetivo dos serviços devem constar separadamente da proposta.

5.1.6.2 - Em caso de licitações por lote ou por valor total cujo objeto seja detalhado em subitens, conforme constante no Anexo II deste edital, deverá ser observado na proposta o valor estimado em cada uma das frações de preço;

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60(*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 2 (dois) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo contratante, podendo ser prorrogado, a critério da contratante, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133 /2021.

5.1.9 - **Prazo de garantia**, se couber, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema Compras.gov.br.

5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O(A) pregoeiro(a) poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I -Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

6.1 - O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O(A) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual do objeto** desta licitação conforme modelo de planilha de preços constante do Anexo II deste Edital, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de 0,3% (três décimos por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a

sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.8 - No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

8.1 - Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas brasileiras;

8.6.2 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, utilizar-se-á o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O(A) Pregoeiro(a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o(a) pregoeiro(a) aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

### **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.2.5- No caso de profissional autônomo, deverão ser apresentadas cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, dos seguintes documentos:

9.2.5.1- Carteira de Identidade;

9.2.5.2 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.2.5.3 – Número do Registro no INSS do profissional

### **9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta on-line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar,



via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

**9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:**

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, sem ressalvas, emitido por pessoa jurídica, que comprove que a licitante executou serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto da presente licitação, contendo referência à prestação de serviços de manutenção em, pelo menos, 1 (um) storage do fabricante Huawei;

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.1.2 - Caso o órgão público ou empresa privada emissora do atestado emita um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas no item 9.5.1.1, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o contrato ou outros documentos idôneos, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas

deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.2.2.1- Na hipótese do subitem 9.5.2.2, caso o consorciado não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio, de modo a comprovar sua participação

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.7 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

## **10 - DA VISTORIA:**

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.1.1 - As visitas poderão ocorrer até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, entre 15h00 e 17h00, devendo ser previamente agendada pelo e-mail: [tsseprod@trf2.jus.br](mailto:tsseprod@trf2.jus.br) com cópias para [tsseinf@trf2.jus.br](mailto:tsseinf@trf2.jus.br) e [siti@trf2.jus.br](mailto:siti@trf2.jus.br).

10.1.2 - A solicitação de agendamento de vistoria só será considerada válida se acompanhada do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA TÉCNICA, constante do apêndice II do Termo de Referência, devidamente preenchido e assinado e com o anexo da cópia do documento do representante da Licitante que assina o termo, onde conste seu CPF e seu RG.

10.1.3 - Solicitações de agendamento de vistoria intempestivas ou sem o TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA TÉCNICA de acordo como o modelo do apêndice II do Termo de Referência ou sem a cópia do documento do assinante contendo seu CPF e RG, serão desconsideradas, assim como termos preenchidos com qualquer rasura ou incompletos.

10.1.4 - Solicitações de envio de arquivos de configuração do equipamento também serão considerados como pedidos de vistoria, ainda que não ocorra a visita presencial, devendo obedecer aos mesmos critérios, requisitos e regras da vistoria presencial, em especial os requisitos determinados nos itens 10.1.1 a 10.1.3.

10.1.5 - Quando o pedido de vistoria se restringir ao envio de arquivos que trata o item 10.1.4, além do envio dos documentos constantes do item 10.1.2, será necessário o envio prévio do TERMO DE VISTORIA, conforme modelo do apêndice I do Termo de Referência. O TERMO DE VISTORIA será retornado à licitante após a assinatura do servidor.

10.1.6 - A ausência do envio do TERMO DE VISTORIA ou o seu preenchimento com rasura ou incompleto resultará na desconsideração do pedido de vistoria envolvendo o envio de arquivos que trata os itens 10.1.4 e 10.1.5.

10.1.7 - Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura ao enviar e-mails de solicitação de agendamento de vistoria.

10.1.8 - Caso não ocorra confirmação do recebimento de e-mail no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe técnica nos telefones (21) 2282-8549 ou 2282-8078.

10.2 - Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos do local, condições e dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

## **11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

<b>Programa de Trabalho</b>	<b>PTRES</b>	<b>Elemento de Despesa</b>
02.061.0033.4257.6013	203.991	3.3.90.40.12

## **12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO**

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo(a) Pregoeiro(a).

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a), exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

## **13 - DOS RECURSOS**

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o(a) Pregoeiro(a) aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

### **14.1.1.1- GARANTIA CONTRATUAL**

14.1.1.1.1 – Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1.1.2- A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

14.1.1.1.3 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1.1.4 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 14.1.1.1.1.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta on-line junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.5.1 - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, o TRF - 2ª Região, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando,

neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

## **15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante o registro de recebimento no Portal do SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.1.2.1 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

15.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos neste contrato.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

15.5 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

## **16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada

16.1.1 - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

16.1.2 - no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.1.1 - O atesto do documento fiscal será lavrado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do documento fiscal, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

16.1.3 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá, obrigatoriamente, ser registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema;

16.2.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda> , a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

16.2.2- A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO – JT, visando à apresentação do documento fiscal.

16.2.3 – Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

16.2.4 – Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

16.2.4.1– Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 - No caso de documento fiscal apresentado com erro, a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não

localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## **17 - DO REAJUSTE**

17.1 - Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do ICTI, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I - I_0 / I_0) \times P$$

Onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I<sub>0</sub> = Nº índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

17.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

17.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

17.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 17.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 17.2.

17.6 – A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

17.7 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18 - DAS SANÇÕES**

18.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

18.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

- 18.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 18.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 18.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 18.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 18.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 18.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 18.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 18.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 18.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.1.8, 18.1.9, 18.1.10, 18.1.11 e 18.1.12 acima, bem como nos subitens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 18.12.2.
- 18.1.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 18.1.4 - Multa:
- 18.1.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 18.1.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 18.2 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 18.3 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 18.3.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 18.3.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;
- 18.3.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 18.3.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.3.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa



compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

18.3.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

18.4 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.5 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

18.7 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.8 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

18.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

18.10 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO**

19.1 - A disciplina relativa à fiscalização administrativa do contrato está prevista no Contrato - Anexo V deste Edital.

## **20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo V deste Edital.

## **21 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

21.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo V deste Edital.

## **22 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

22.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em

andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

22.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

22.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

22.3 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

22.3.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.3.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 22.3.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

22.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) que decidirá com base na legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, **Coordenadora**, em 24/06/2025, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **1075756** e o código CRC **C099FA7D**.

Processo nº [0001554-91.2024.4.02.8000](#)

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição, para o Storage Huawei Oceanstor 5500 V5.

#### 2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados, contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso.
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

Item	Discriminação	Qtd.	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Contratação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5. Início da vigência: primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato.	24	meses		
VALOR TOTAL					

Código Catmat/Catserv: 27103

#### 3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços especializados em suporte e manutenção corretiva de hardware, para o Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, instalado na Sala-cofre do TRF2, equipamento cuja garantia venceu em 18/12/2024, mas que ainda funciona de forma adequada e é de fundamental importância para os serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF2.
- 3.2. A contratação visa garantir a continuidade do funcionamento do equipamento do datacenter que provê a infraestrutura de armazenagem de dados de backup.
- 3.3. Diante do exposto, por ser equipamento essencial para os serviços prestados, que se falhar poderá impactar de forma crítica as atividades do TRF2 e das seccionais dos estados do RJ e do ES, a presente aquisição tem por objetivo mitigar os riscos decorrentes de indisponibilidades causadas por falha do equipamento, através da contratação de serviço de suporte técnico e manutenção de hardware com fornecimento de peças.

#### 4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. Garantir o pleno funcionamento do Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, instalado no datacenter do TRF2 e a total disponibilidade dos dados de backup dos serviços e sistemas corporativos judiciais e administrativos do TRF2 suportados por esse equipamento.
- 4.2. Capacidade de prestar manutenção, reparando falhas eventuais no equipamento do datacenter responsável pela guarda de dados de backup.

**5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF**

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DA JF – PEJF	
Macro Desafio	
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	
ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TI DA JF – PETI	
Objetivo Estratégico	
Aperfeiçoar e assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	
ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR – PDTIC	
Id	Necessidade/Iniciativa
3	Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI
VINCULAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES DO EXERCÍCIO – PCTIC	
Item	Objeto
TI.61	Contratação de serviços de manutenção do storage Huawei Oceanstor 5500 V5
ALINHAMENTO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC DO PJ – ENTIC-JUD	
Objetivo Estratégico	
Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	

**6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:**

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nº TRF2-DOD-2024/00018 e os Estudos Preliminares (artefatos) constantes no processo [0001554-91.2024.4.02.8000](#).

**7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- 7.1. O Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, que atende ao sistema de backup, terá sua garantia expirada em 18/12/2024, mas ainda funciona de forma adequada e é de fundamental importância para os serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF2. A empresa que atende o contrato de manutenção regional (TRF2-CON-2021/00084) informou que não tem capacidade de fornecer suporte e manutenção do equipamento que provê a infraestrutura de armazenagem de dados de backup. Desta forma, identificou-se a necessidade de contratação de serviço de manutenção para manter o equipamento disponível, consertando-o em caso de defeitos no mesmo.

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

- 8.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição, para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5;
- 8.2. Os requisitos técnicos da Solução de TIC a ser contratada constam do item 17 deste Termo de Referência.
- 8.3. As disposições acerca do parcelamento e adjudicação do objeto constam do item 12 deste Termo de Referência.

**9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC**

- 9.1. Contratação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5;
- 9.2. Aquisição de novo storage com garantia para prover a infraestrutura de armazenagem de dados de backup em substituição ao Storage Huawei Oceanstor 5500 V5.

#### 10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 10.1. O Estudo Técnico Preliminar concluiu que a contratação de empresa para prestação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, mostrou-se a opção mais vantajosa, haja vista que o referido storage encontra-se em boas condições, atende adequadamente a infraestrutura de armazenagem de dados de backup e apresenta ainda um custo estimado inferior em relação a opção pela aquisição de novo storage para prover a infraestrutura de armazenagem de dados de backup em substituição ao Storage Huawei Oceanstor 5500 V5.
- 10.2. A contratação garantirá a manutenção e disponibilidade do Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, responsável pela guarda de dados de backup, consertando-o em caso de defeitos no mesmo.

#### 11. DA NATUREZA DO OBJETO

- 11.1. Verifica-se que a necessidade da prestação de serviço consubstanciada neste Termo de Referência se renova a cada ano, o que remete para o entendimento de caracterização de prestação continuada de serviços.

#### 12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 12.1. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto é constituído por um único item, não sendo possível, portanto, a sua divisão.
- 12.2. Portanto, o objeto desta licitação será indivisível e adjudicado a uma única empresa.

#### 13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 13.1. Verifica-se que os serviços pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC, apresentando características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o serviço é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

#### 14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. As peças utilizadas na execução dos serviços não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 14.2. Todas as partes e componentes do storage são de propriedade do Contratante, assim como toda e qualquer parte ou componente defeituoso e seu respectivo elemento de reposição.
- 14.3. A Contratada será responsável pelo recolhimento, transporte, eventual armazenagem e apropriado descarte das partes e componentes considerados defeituosos, de acordo com a legislação vigente à época do recolhimento do material no Contratante.
- 14.4. A partir da autorização de recolhimento por parte do Contratante, a peça ou componente defeituoso passará a ser de propriedade e responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 14.5. Diferente das demais partes, o recolhimento dos discos defeituosos do storage ficará a critério do Contratante, a depender de sua avaliação quanto à segurança da informação armazenada. Eventualmente, o Contratante poderá proceder à destruição física dos discos para posterior recolhimento, transporte e apropriado descarte das partes destruídas pela Contratada.
- 14.6. A contar da data de notificação da autorização do Contratante para recolhimento de partes ou componentes defeituosos, a Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para efetivar o recolhimento do material. O não recolhimento das partes e componentes dentro do prazo estipulado, ensejará a aplicação de glosa, de acordo com o item 18.11, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste termo.

#### **15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL**

- 15.1. Os serviços devem estar de acordo com as seguintes normas / padrões / políticas:
- 15.1.1. Resolução nº TRF2-RSP-2023/00043, de 29 de novembro de 2023, que dispõe sobre a internalização, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, da Resolução nº 687/2020 - CJF, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- 15.2. O manuseio do equipamento e todos os serviços executados devem seguir as melhores práticas requeridas pelo fabricante para o funcionamento adequado da solução.

#### **16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- 16.1. As condições de pagamento encontram-se detalhadas no item 16 do Edital.

#### **17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 17.1. Os serviços técnicos de suporte e de manutenção corretiva dos equipamentos serão prestados pela Contratada observando-se as normas a seguir enumeradas:
- 17.1.1. A manutenção corretiva do hardware consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de módulos, componentes e periféricos de informática, incluindo discos rígidos ou de estado sólido, conhecidos como SSD (Solid State Drive), que apresentem defeitos e/ou na execução de atualizações de firmwares, regulagens e ajustes que se façam necessários.
- 17.1.2. A Contratada deverá possuir acesso aos softwares, drivers, patches, firmwares e microcódigos atualizados disponibilizados pelo fabricante do equipamento, de forma a prestar os serviços de manutenção e assistência técnica, sem ônus adicional para a Contratante.
- 17.2. Os serviços de manutenção deverão ser executados na Sala-cofre do TRF2, na Rua Acre, nº 80, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20081-000. Telefone de contato: 21 2282-8366.
- 17.3. Descrição do equipamento:
- 17.3.1. Storage Huawei Oceanstor 5500 V5
- 17.3.2. Version V500R007C30
- 17.3.3. SN 2102351LVM10KA000001
- 17.3.4. 5500 V5 (02351LVM) com 256GB cache
- 17.3.5. 8 interfaces 10GbE (SmartIO)
- 17.3.6. 8 interfaces 16GbFC (SmartIO)
- 17.3.7. 34x SSD SAS de 3.84TB (2.5")
- 17.3.8. 104x HDD NL-SAS 7.2K de 10TB (3.5")
- 17.3.9. 6 DAEs (3x 4U, 3.5", 24 baias e 1x 2U)
- 17.3.10. Diversas features licenciadas
- 17.4. A Contratada deverá registrar, via sistema informatizado, para fins de controle e acompanhamento, todos os chamados técnicos feitos pela Contratante, sem prejuízo do controle a ser realizado pela Contratante.
- 17.4.1. O acompanhamento da prestação dos serviços deverá ser realizado por intermédio de um número de chamado fornecido pela Contratada no momento da abertura do chamado técnico.
- 17.5. A solicitação de suporte técnico poderá ser formulada pela Contratante, em qualquer dia e horário, por meio de e-mail, site ou Central de Atendimento a ser informada pela Contratada.

- 17.5.1. Para atendimento telefônico, deverá ser fornecido um número para contato com a Central de Atendimento que deverá prestar atendimento 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 365 dias por ano.
- 17.5.2. A Contratada deverá fornecer telefone tipo 0800, sem custo adicional para a Contratante, ou número de telefone local, excetuando-se telefones celulares.
- 17.5.3. O atendimento telefônico deverá ser em português do Brasil.
- 17.6. Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá fornecer à Contratante um relatório técnico que deverá conter no mínimo as seguintes informações:
  - 17.6.1. A identificação do chamado técnico;
  - 17.6.2. A data e hora de início de atendimento e término da assistência técnica;
  - 17.6.3. A descrição dos serviços executados;
  - 17.6.4. A indicação da peça e/ou componente eventualmente substituído;
  - 17.6.5. Caso pertinente, o relato referente às condições inadequadas ao funcionamento do equipamento ou sua má utilização, fazendo constar a causa e as medidas para a sua correção.
  - 17.6.6. O nome do técnico que efetuou e encerrou o atendimento técnico.
- 17.7. É de responsabilidade da Contratada a coleta ou obtenção, presencial, de todas as informações, incluindo-se arquivos, complementares e necessários para a devida prestação do atendimento a partir da solicitação efetuada pela Contratante por e-mail ou Central de Atendimento.
  - 17.7.1. Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas e originais, com garantia, enquanto perdurar o Contrato e deverão ter as mesmas características das peças que irão substituir.
  - 17.7.2. Caso o equipamento objeto deste termo pare de ser suportado por seu fabricante, a Contratada poderá requerer, por escrito, com as devidas fundamentações e comprovações, a desobrigação de cumprir o item anterior, sem prejuízo de sua responsabilidade em manter o funcionamento pleno do equipamento mantido.
  - 17.7.3. Ficará a cargo da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, a reposição de quaisquer peças que se fizerem necessárias com qualidade e capacidade superior às das peças que tenham apresentado defeito.
  - 17.7.4. As peças colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante.
  - 17.7.5. A Contratada é responsável pelas eventuais atualizações de software tais como instalação de drivers, instalação de correções (patches) e atualização de BIOS e outros firmwares que se fizerem necessários a fim de remover os alertas e/ou falhas de hardware ou para permitir o funcionamento do equipamento e suas partes com as versões mais recentes dos softwares, BIOS, firmwares e patches disponibilizados pelo fabricante.
  - 17.7.6. Durante todo o período de vigência do contrato, é dever da Contratada realizar a atualização, sem ônus adicionais para a Contratante, dos softwares necessários ao funcionamento dos equipamentos objeto deste Contrato, fornecendo e instalando as novas versões ou releases lançados.
    - 17.7.6.1. Os softwares aqui tratados incluem softwares de gerência, firmwares de BIOS (BASIC INPUT/OUTPUT SYSTEM), discos, controladoras e demais drivers.
    - 17.7.6.2. O Contratante abrirá chamado de criticidade BAIXA para que a Contratada efetue a atualização dos softwares mencionados neste termo de referência.
    - 17.7.6.3. Caso a Contratante opte por realizar a atualização dos softwares tratados no item anterior, poderá fazê-lo sem necessidade de aviso prévio à Contratada, e esta última, deverá prestar o suporte necessário para a correta instalação e configuração dos softwares.
  - 17.7.7. Os serviços de manutenção presencial deverão ser executados nas dependências do Contratante e de maneira a não interferirem nas atividades do mesmo.



- 17.7.8. A Contratada poderá, sempre que necessário e sem qualquer ônus para o Contratante, efetuar modificações nos equipamentos e seus subsistemas a fim de melhorar o seu funcionamento e/ou desempenho, desde que: estejam de acordo com as recomendações e boas práticas do fabricante; que não sejam alteradas as características funcionais básicas do equipamento; que seja preservada a compatibilidade com os softwares instalados e que seja com conhecimento e permissão prévia do Contratante.
- 17.7.9. O Contratante poderá, mediante aviso prévio à Contratada, alterar a posição física ou a configuração do equipamento através da realização de upgrades de memória, processador, discos e instalação de periféricos, no período de vigência do Contrato.
- 17.7.10. A alteração de posicionamento físico do equipamento dentro dos limites da Sala-cofre do TRF2 deverá ser executada pela Contratada, quando a pedido do Contratante.
- 17.7.11. A Contratada administrará e instalará as modificações de engenharia que se aplicarem ao equipamento de acordo com as recomendações do fabricante.
- 17.7.12. A Contratada deverá substituir o equipamento do tipo storage por outro novo e de primeiro uso, com características iguais ou superiores, sempre que a soma dos períodos de paralisação total do equipamento, em virtude da necessidade de serviços de assistência técnica, ultrapassar 15 (quinze) dias corridos no ano.
- 17.7.12.1. Esta substituição será em caráter definitivo, devendo ser providenciada em 15 (quinze) dias após a Contratada ter sido notificada pela Contratante.
- 17.7.13. As peças e componentes substituídos deverão ser apresentados juntamente com o item consertado.
- 17.7.14. Qualquer peça ou componente que possa conter informação sensível, poderá ficar sob a posse definitiva da Contratante se julgar necessário, ainda que a peça ou o componente tenha sido formatado ou reinicializado.
- 17.7.15. Por se tratarem de periféricos que contém informações sensíveis, nas atividades de manutenção realizadas pela Contratada, os discos rígidos ou de estado sólido (SSDs) defeituosos que forem substituídos poderão ficar sob a posse definitiva da Contratante. Dessa forma, quando a Contratada realizar a substituição, deverá deixar os discos defeituosos com o Contratante, se assim este requisitar.
- 17.7.16. Os discos rígidos ou de estado sólido que contiverem informações sensíveis da Contratante poderão a seu critério ser retidos para a destruição apropriada dos dados e do dispositivo. Todas as demais peças repostas deverão obrigatoriamente ser recolhidas imediatamente após a conclusão do reparo pela Contratada.
- 17.7.17. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos às instalações da Contratante, pela retirada e entrega das peças, partes e componentes, assim como pelas despesas de transportes, fretes e seguros correspondentes.
- 17.7.18. É vedado à Contratada a afixação de qualquer tipo de adesivo, plaqueta ou identificação nos equipamentos da Contratante.
- 17.7.19. As peças a serem substituídas deverão obrigatoriamente ser acompanhadas do técnico que irá realizar a substituição, sendo vedado o envio antecipado de peças para o endereço do Contratante.
- 17.7.20. A Contratante não se responsabiliza por peças de reposição enviadas antecipadamente ao reparo ou deixadas em suas instalações após a conclusão dos reparos. Nesses casos a Contratante pode proceder com o descarte das peças e aplicação de glosa.
- 17.7.21. A Contratada deverá informar antecipadamente ao corpo técnico fiscalizador e setor responsável, o nome completo e o número da identidade ou CPF do técnico que irá realizar a visita técnica.

## **18. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NSE) E GLOSAS**



18.1. Os Níveis de Serviço Exigidos para o Contrato serão tomados com base nos prazos de atendimento inicial, prazo para início do atendimento presencial e prazo de solução definitiva de cada ocorrência descrita no chamado técnico e classificada em nível de criticidade ALTA, MÉDIA e BAIXA, conforme o seguinte detalhamento:

18.1.1. Níveis de serviço para atendimento de chamados técnicos de **criticidade ALTA**;

Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Tempo de início de Atendimento	Prazo máximo para início do atendimento presencial	Período de Cobertura	Prazo máximo para Solução Definitiva	Glosa	Fatura onde incide a glosa
24x7x24x8	02 horas a partir da abertura do chamado	04 horas a partir da abertura do chamado	Todos os dias da Semana, incluindo fins de semana e feriados	08 horas a partir da abertura do chamado	3% por cada hora de atraso em cada ocorrência	mensal

- 18.1.1.1. Finalidade: Minimizar os efeitos de indisponibilidade dos equipamentos;
- 18.1.1.2. Atendimento inicial do chamado: em até 02 (duas) horas após a sua abertura;
- 18.1.1.3. Prazo máximo para início do atendimento presencial do técnico: até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado;
- 18.1.1.4. Metas a cumprir: Solução definitiva, ou de contorno, em até 08 (oito) horas ininterruptas para cada chamado técnico;
- 18.1.1.5. Instrumento de medição: Chamados Técnicos;
- 18.1.1.6. Forma de acompanhamento: Relatório do atendimento técnico;
- 18.1.1.7. Periodicidade: Por ocorrência;
- 18.1.1.8. Mecanismo de glosa: 3% do valor mensal do contrato, por cada hora que ultrapassar o prazo para a solução definitiva em cada ocorrência.

18.1.2. Níveis de serviço para atendimento de chamados técnicos de **criticidade MÉDIA**;

Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Tempo de início de Atendimento	Prazo máximo para início do atendimento presencial	Período de Cobertura	Prazo máximo para Solução Definitiva	Glosa	Fatura onde incide a glosa
24x7x24x48	02 horas a partir da abertura do chamado	24 horas a partir da abertura do chamado	Todos os dias da Semana, incluindo fins de semana e feriados	48 horas a partir da abertura do chamado	2% por cada hora de atraso em cada ocorrência	mensal

- 18.1.2.1. Finalidade: Minimizar os efeitos das falhas ocorridas nos equipamentos;
- 18.1.2.2. Atendimento inicial do chamado: em até 02 (duas) horas após a abertura;
- 18.1.2.3. Prazo máximo para início do atendimento presencial do técnico: até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado;
- 18.1.2.4. Metas a cumprir: Solução definitiva, ou de contorno, em até 48 (quarenta e oito) horas ininterruptas para cada chamado técnico;
- 18.1.2.5. Instrumento de medição: Chamados Técnicos;
- 18.1.2.6. Forma de acompanhamento: Relatório do atendimento técnico;
- 18.1.2.7. Periodicidade: Por ocorrência;
- 18.1.2.8. Mecanismo de glosa: 2% do valor mensal do contrato, por cada hora que ultrapassar o prazo para a solução definitiva em cada ocorrência.

18.1.3. Níveis de serviço para atendimento de chamados técnicos de **criticidade BAIXA**;

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Tempo de início de Atendimento	Prazo máximo para início do atendimento presencial, quando necessário	Período de Cobertura	Prazo máximo para Solução Definitiva	Glosa	Fatura onde incide a glosa
24x7x12x72x96	12 horas a partir da abertura do chamado	72 horas a partir da abertura do chamado	Todos os dias da Semana, incluindo fins de semana e feriados	96 horas a partir da abertura do chamado	1% por cada hora de atraso em cada ocorrência	mensal

- 18.1.3.1. Finalidade: Garantir que os chamados técnicos que não requeiram atendimento imediato sejam realizados dentro do prazo estabelecido;
  - 18.1.3.2. Atendimento inicial do chamado: em até 12 (doze) horas após a sua abertura;
  - 18.1.3.3. Prazo máximo para início do atendimento presencial do técnico: quando necessário, em até 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado;
  - 18.1.3.4. Metas a cumprir: Solução definitiva, ou de contorno, em até 96 (noventa e seis) horas para cada chamado técnico;
  - 18.1.3.5. Instrumento de medição: Chamados Técnicos;
  - 18.1.3.6. Forma de acompanhamento: Relatório do atendimento técnico;
  - 18.1.3.7. Periodicidade: Por ocorrência;
  - 18.1.3.8. Mecanismo de glosa: 1% do valor mensal do contrato, por hora que ultrapassar o prazo para a solução definitiva em cada ocorrência, limitadas a 40 (quarenta) horas.
- 18.2. O atendimento aos chamados técnicos de criticidade ALTA deverá ser realizado obrigatoriamente de forma presencial (on-site) e não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento do(s) equipamento(s) e/ou software(s), mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos e feriados. A interrupção do suporte de um chamado técnico desse tipo de criticidade pela Contratada, que não tenha sido previamente autorizado pela equipe da STI, ensejará glosa de 5% do valor mensal do contrato, por evento, sem prejuízo da glosa aplicada pelo eventual atraso no cumprimento do prazo de solução definitiva para chamados de ALTA criticidade.
  - 18.3. O atendimento aos chamados técnicos de severidade MÉDIA deverá ser realizado obrigatoriamente de forma presencial (on-site).
  - 18.4. Entende-se por tempo ou prazo para o início do atendimento o tempo decorrido entre o horário de abertura do chamado técnico e o horário em que o técnico da Contratada estabelece contato via telefone, videoconferência ou presencial com o corpo técnico da Contratante para iniciar as tratativas de solução do chamado.
  - 18.5. Entende-se por tempo ou prazo para o início do atendimento presencial, o tempo decorrido entre o horário de abertura do chamado técnico e o horário em que o técnico da Contratada inicia os serviços de manutenção presencial nas instalações do Contratante.
  - 18.6. Entende-se por tempo ou prazo máximo de solução o equivalente ao término do atendimento, que se trata do tempo decorrido entre o horário de abertura do chamado técnico e a hora em que o equipamento mantido for disponibilizado para uso em perfeitas condições de funcionamento, estando condicionado à aprovação da Contratante, conforme o caso.
  - 18.7. Após a conclusão do suporte, a Contratada comunicará o fato à equipe da STI e solicitará autorização para o fechamento do chamado. Caso a equipe da STI não confirme a conclusão do atendimento, o chamado permanecerá aberto até que as pendências sejam sanadas. Nesse caso, a equipe da STI informará as pendências relativas ao chamado aberto.
  - 18.8. Por necessidade excepcional de serviço, a equipe da STI também poderá solicitar a escalção de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a escalção deverá ser justificada, e os prazos dos chamados técnicos passarão a contar do início novamente.

- 18.9. Sempre que houver quebra dos Níveis de Serviço exigidos, o Contratante emitirá notificação à Contratada, que terá o prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias corridos e contados a partir do recebimento da notificação para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação dentro desse prazo, ou caso o Contratante entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades e sanções previstas, sem prejuízo da aplicação das glosas pertinentes.
- 18.10. Excepcionalmente, os prazos máximos de início do atendimento presencial e de solução definitiva presentes neste Termo de Referência, poderão, mediante solicitação prévia escrita da Contratada e à vista dos fundamentos por ela apresentados, devidamente comprovados, ser prorrogados pelo período que a Contratante entenda suficiente para que estes serviços sejam efetivados.
- 18.10.1. Para que possa ser apreciado, o pedido de prorrogação, deverá ser formulado antes do fim do prazo máximo de atendimento presencial e/ou de solução definitiva fixado para o atendimento do chamado de assistência técnica em função de sua criticidade.
- 18.10.2. Não será admitido pedido de prorrogação para os prazos máximos de atendimento inicial.
- 18.10.3. As excepcionalidades que tratam o caput não poderão ultrapassar o percentual de 5% do total de chamados de manutenção do equipamento verificados no mês anterior. No primeiro mês do contrato de manutenção do equipamento, o referido percentual incidirá sobre o total de chamados de manutenção verificados no último mês da vigência da garantia do equipamento.
- 18.11. O atraso no prazo de 30 (trinta) dias corridos, que trata o item 14.6, para o recolhimento por parte da Contratada de partes e componentes defeituosos, ensejará glosa de 1% sobre o valor da fatura mensal para cada dia de atraso.
- 18.12. É vedado à Contratada qualquer alteração no nível de criticidade de chamados sem prévia anuência do Contratante. Incidentes desse tipo serão glosados em 10% do faturamento mensal, para cada ocorrência.
- 18.13. A falha ou o não cumprimento dos itens 17.4, 17.5 e 17.6 e/ou de quaisquer de seus subitens, constatada pelo Contratante, ensejará a aplicação de glosa de 1% do faturamento mensal para cada ocorrência constatada.
- 18.14. O limite máximo de glosa aplicada mensalmente não poderá ultrapassar o percentual de 60% do faturamento mensal.

## 19. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 19.1. O local de atendimento das solicitações de serviços de assistência técnica será na Sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no endereço descrito no item 17.2, onde o equipamento objeto dos serviços de manutenção se encontra.
- 19.2. As demais condições de entrega devem ser observadas no cronograma descrito no item a seguir.

## 20. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 20.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Vistoria prévia opcional do equipamento.	As vistorias poderão ocorrer até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, entre 15h00 e 17h00, devendo ser previamente agendada pelo e-mail: tsseprod@trf2.jus.br com cópias para tsseinf@trf2.jus.br e siti@trf2.jus.br.
02	Assinatura do Contrato.	Após homologação do certame.
03	Reunião de Alinhamento de Expectativas.	Em até 10 (dez) dias corridos após a data de assinatura do Contrato pelo Contratante (Etapa 02).

04	Início da prestação dos serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware objeto da contratação.	No primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato pelo Contratante.
05	Recebimento provisório do objeto.	Imediatamente depois de efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.
06	Recebimento definitivo do objeto	No prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado. Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório.
07	Pagamento Nota Fiscal	1 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado; 2 - No prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado;
08	Envio do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO	A Contratada deverá providenciar, em até 30 dias após a assinatura do contrato, o envio do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, conforme modelo constante do anexo I3.

## 21. DAS REUNIÃO DE ALINHAMENTO DE EXPECTATIVAS

- 21.1. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste instrumento, e esclarecer possíveis dúvidas acerca do objeto contratado.
- 21.2. Deverão participar dessa reunião, o Gestor do Contrato, os Fiscais Técnicos do Contrato, o Fiscal Administrativo do Contrato, o representante legal da Contratada, preposto e demais intervenientes.
- 21.3. A reunião realizar-se-á nas instalações do TRF2 ou por videoconferência, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, conforme horário a ser agendado com o Contratante.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 22.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação do serviço objeto deste Contrato.
- 22.2. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.
- 22.3. Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato.
- 22.4. Sustar o pagamento de qualquer documento, no todo ou em parte, da Contratada nos casos de execução defeituosa dos serviços e/ou existência de qualquer débito para com o mesmo.

## 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.
- 23.2. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

- 23.3. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.
- 23.4. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.
- 23.5. Permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.
- 23.6. Os empregados da Contratada, quando prestando serviços na sede do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros durante a execução dos serviços, ou em consequência destes, ainda que praticado involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 23.7. Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 23.8. Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.
- 23.9. Nos serviços desenvolvidos nas dependências do Contratante, manter e entregar os locais onde os referidos serviços se desenvolverem, devidamente limpos e recuperados.
- 23.10. Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução do serviço.
- 23.11. Fornecer todo o material, ferramentas e aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulação ou ajuste, necessários para a execução dos serviços objeto deste Contrato, não recaindo sobre o Contratante qualquer responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total dos mesmos.
- 23.12. Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.
- 23.13. A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços objeto desta contratação, mão-de-obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.
- 23.14. Ficarão a cargo da Contratada as despesas decorrentes da remoção de qualquer equipamento ou módulo, bem como a responsabilidade dos equipamentos que estiverem sob sua guarda, arcando, portanto, com quaisquer danos.
- 23.15. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal Contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

#### **24. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 24.1. Serão utilizados os seguintes instrumentos formais de solicitação do(s) serviço(s):
  - 24.1.1. Chamado Técnico de forma eletrônica por meio de Central on-line;
  - 24.1.2. Chamado Técnico por meio telefônico para a Central de Atendimento.

#### **25. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

- 25.1. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante da Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico, reuniões mediante elaboração de Ata, entrega pessoal de documentos mediante aposição de recibo ou outros que possam ficar registrados.

#### **26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

- 26.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto será recebido da seguinte forma:
- 26.1.1. Provisoriamente – pelo Fiscal Técnico, mencionado no item 26.6, imediatamente depois de efetuada a entrega do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.
- 26.1.2. Definitivamente – Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, no **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 26.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.
- 26.2. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 26.3. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o serviço está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
- 26.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF da 2ª Região, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 26.5. O aceite/aprovação do(s) serviço(s) pelo TRF da 2ª Região não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF da 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.
- 26.6. O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

## 27. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 27.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do Contrato;
- 27.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 27.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 27.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 27.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

## 28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



- 28.1. As condições de pagamento encontram-se detalhadas no item 16 do Edital.

#### **29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 29.1. A Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
- 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.
- 29.2.2. Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
- 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 29.4. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

#### **30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 30.1. A presente contratação não gera transferência de conhecimento, pois se trata de prestação de serviços de manutenção de equipamento pela Contratada.

#### **31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 31.1. A propriedade intelectual e os direitos patrimoniais de todos os documentos, procedimentos operacionais, estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas ou qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, são da Contratante, em caráter definitivo e irrevogável.

#### **32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 32.1. É de responsabilidade da Contratada realizar os serviços de manutenção objeto deste termo com profissionais devidamente especializados e qualificados no equipamento Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, cumprindo todos os requisitos aqui especificados, garantindo a integridade do equipamento e seguindo os preceitos e procedimentos de manutenção indicados pelo fabricante do equipamento.

#### **33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 33.1. Conforme o Edital.

#### **34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

- 34.1. A garantia dos serviços prestados perdurará durante toda a vigência do contrato de prestação de serviços e por mais 30 dias após o seu encerramento.
- 34.2. Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas e originais, salvo nos casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pela Contratante, com garantia enquanto perdurar o Contrato e por mais 30 dias após o seu encerramento.

#### **35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 35.1. O prazo de vigência do Contrato será de 2 (dois) anos, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.
- 35.2. O Contrato poderá ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os efeitos financeiros ocorrerão a partir da data de início da manutenção do equipamento.
- 35.3. A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

#### 36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 36.1. O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao edital ou aviso de dispensa.

#### 37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

- 37.1. As despesas decorrentes da contratação dos serviços, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

PTR	Elemento de Despesa
AI	33.90.40.12 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC

#### 38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 38.1. A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da Contratante;
- 38.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 38.3. São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 38.4. A Contratada deverá providenciar, em até 30 dias após a assinatura do contrato, o envio do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, conforme modelo constante do anexo I3, estabelecendo para todos seus diretores, empregados e/ou Preposto:
  - 38.4.1. 'O compromisso de não divulgar qualquer informação a que tenham acesso em razão da execução dos serviços;
  - 38.4.2. O compromisso de não utilizar recursos ou serviços da Contratante para fins alheios ao objeto da contratação;
  - 38.4.3. A ciência de que seus acessos realizados ou dados transmitidos podem ser auditados.

#### 39. DA VISTORIA TÉCNICA

- 39.1. Tendo em vista que a realização da vistoria é uma faculdade das licitantes e não, uma obrigatoriedade, a LICITANTE poderá vistoriar o equipamento onde serão executados os serviços de com o objetivo de inteirar-se das atuais condições do equipamento a ser mantido.
- 39.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições existentes do equipamento, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.
- 39.3. A Vistoria Técnica terá como objetivo dar ciência às LICITANTES quanto as atuais condições técnicas do equipamento a ser mantido e de seus componentes e partes.



- 39.4. As vistorias poderão ocorrer até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública do pregão, entre 15h00 e 17h00, devendo ser previamente agendada pelo e-mail: [tsseprod@trf2.jus.br](mailto:tsseprod@trf2.jus.br) com cópias para [tsseinf@trf2.jus.br](mailto:tsseinf@trf2.jus.br) e [siti@trf2.jus.br](mailto:siti@trf2.jus.br).
- 39.5. A solicitação de agendamento de vistoria só será considerada válida se acompanhada do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA TÉCNICA, constante do anexo I2, devidamente preenchido e assinado e com o anexo da cópia do documento do representante da Licitante que assina o termo, onde conste seu CPU e seu RG.
- 39.6. Solicitações de agendamento de vistoria intempestivas ou sem o TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA VISTORIA TÉCNICA de acordo como o modelo do anexo I2 ou sem a cópia do documento do assinante contendo seu CPF e RG, serão desconsideradas, assim como termos preenchidos com qualquer rasura ou incompletos.
- 39.7. Solicitações de envio de arquivos de configuração do equipamento também serão considerados como pedidos de vistoria, ainda que não ocorra a visita presencial, devendo obedecer aos mesmos critérios, requisitos e regras da vistoria presencial, em especial os requisitos determinados nos itens 39.4 a 39.6.
- 39.8. Quando o pedido de vistoria se restringir ao envio de arquivos que trata o item 39.7, além do envio dos documentos constantes do item 39.5, será necessário o envio prévio do TERMO DE VISTORIA, conforme modelo do anexo I1. O TERMO DE VISTORIA será retornado à licitante após a assinatura do servidor.
- 39.9. A ausência do envio do TERMO DE VISTORIA ou o seu preenchimento com rasura ou incompleto resultará na desconsideração do pedido de vistoria envolvendo o envio de arquivos que trata os itens 39.7 e 39.8.
- 39.10. Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura ao enviar e-mails de solicitação de agendamento de vistoria.
- 39.11. Caso não ocorra confirmação do recebimento de e-mail no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe técnica nos telefones (21) 2282-8549 ou 2282-8078.
- 39.12. Esta vistoria é considerada suficiente para que a LICITANTE conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

#### 40. APROVAÇÃO E ASSINATURA

- 40.1. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Termo de Referência ou Projeto Básico é assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.
- 40.2. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2024/00221, de 03 de maio de 2024.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Wanderson Leão Alves (titular) <b>Matrícula: 11810</b>	Paulo Marcos Magalhães Lima (titular) <b>Matrícula: 12076</b>	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves (titular) <b>Matrícula: 11575</b>
Almiro Rocha da Silva (suplente) <b>Matrícula: 12016</b>	Roberto de Siqueira Barreto Junior (suplente) <b>Matrícula: 11737</b>	Patricia Soares Trannin (suplente) <b>Matrícula: 11550</b>

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC**  
**(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)**

Ana Luisa Carneiro da Silva

**Matrícula: 11066**

Anexo I1 - Termo de Vistoria

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
PROCESSO [0001554-91.2024.4.02.8000](#)

TERMO DE VISTORIA

(NOME DO LICITANTE), através de seu (QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL), de nome \_\_\_\_\_ e CPF: \_\_\_\_\_, declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias do equipamento storage Huawei Oceanstor 5500 V5, objeto dos serviços de suporte e manutenção corretiva pretendidos no referido pregão eletrônico. E proclama estar ciente dos termos e condições descritos no respectivo Edital e seus anexos, tendo obtido do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, todas as informações a respeito do equipamento em questão.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

\_\_\_\_\_  
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ:

\_\_\_\_\_  
NOME DO SERVIDOR DO TRF2 RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAR A VISTORIA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO SERVIDOR

Anexo I2 – Termo de Confidencialidade para Vistoria Técnica

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
PROCESSO [0001554-91.2024.4.02.8000](#)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE para Vistoria Técnica

Pelo presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, Órgão emissor \_\_\_\_\_,  
representante da empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, comprometo-me a manter sob sigilo de todas as informações e  
dados do equipamento storage Huawei Oceanstor 5500 V5 do TRF2, a mim divulgadas em função de  
participação no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Sob as penas da Lei, comprometo-me a não divulgar ou distribuir o material e as informações recebidas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

OBS: Anexar cópia da documentação do representante da Licitante assinante deste termo onde conste o seu CPF e seu RG.

Anexo I3 – Termo de Confidencialidade da Informação

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

<b>Nº PROCESSO:</b>	<a href="#">0001554-91.2024.4.02.8000</a>	<b>Nº CONTRATO:</b>	
-------------------------	---	-------------------------	--

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, com sede no Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.243.347/0001-51, doravante denominada Contratante e <NOME DA EMPRESA>, pessoa jurídica com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e, CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato nº \_\_\_\_\_ celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, em estrita conformidade com as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e nos seus Anexos, mediante condições estabelecidas pela CONTRATANTE;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a CONTRATADA tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante de que a CONTRATADA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

A CONTRATANTE estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

a) As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer

INFORMAÇÕES reveladas pela CONTRATANTE;

b) A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pela CONTRATANTE, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS;

c) A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou Preposto faça uso das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

a) As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

a1) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

a2) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

a) A CONTRATADA se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

b) A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;

b1) O consentimento mencionado na alínea “b”, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

c) A CONTRATADA se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou Preposto da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE;

e) Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO;

f) O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

f1) Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à

CONTRATADA, são única e exclusiva propriedade intelectual da CONTRATANTE;

g) A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

h) A CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

#### CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES

a) Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

a) O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 10 (dez) anos após o término do contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

a) A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Este TERMO constitui vínculo indissociável ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

b) O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

c) Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade,

da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES da CONTRATANTE;

d) O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;

e) A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

a) a CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro-RJ, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas às condições, é assinado o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, pela CONTRATADA, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante legal da empresa

\_\_\_\_\_  
NOME DA EMPRESA

\_\_\_\_\_  
Nome do gestor do contrato no TRF2





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO II - Planilha de Preços

PE XX-25

0001554-91.2024.4.02.8000

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.	PREÇOS		
				MENSAL(R\$)	ANUAL(R\$)	TOTAL(R\$)
1	Contratação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, pelo período de 02 (dois) anos  Início da vigência: primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato	mês	24	32.006,83	384.081,96	768.163,92
VALOR TOTAL (R\$)						768.163,92



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, Técnico Judiciário, em 05/05/2025, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0954054** e o código CRC **37714FFB**.

0001554-91.2024.4.02.8000

SEI 0954054v4



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/202\_\_

Proc. nº 0001554-91.2024.4.02.8000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, **Técnico Judiciário**, em 05/05/2025, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0954078** e o código CRC **FF0889A0**.

0001554-91.2024.4.02.8000

SEI 0954078v2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202\_

Proc. nº 0001554-91.2024.4.02.8000

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco: Órgão: CC\* MPJ\*

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, Técnico Judiciário, em 05/05/2025, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0954080** e o código CRC **96A8C862**.

0001554-91.2024.4.02.8000

SEI 0954080v2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**MINUTA TRF2 1079852**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO CORRETIVA DE *HARDWARE*, COM COBERTURA TOTAL DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, PARA O STORAGE HUAWEI OCEANSTOR 5500 V5, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. Adm. Digital nº 0001554-91.2024.4.02.8000

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº 0001554-91.2024.4.02.8000, em consequência do Pregão Eletrônico nº 90050/2025, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em \_\_/\_\_/2025, através do despacho nº \_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição, para o Storage Huawei Oceanstor 5500 V5*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de suporte e manutenção corretiva de *hardware*, com cobertura total de peças de reposição, para o Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90050/2025 e seus Anexos I, II, III e IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EQUIPAMENTO:**

**2.1 - DA DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO:**

- 2.1.1 - Storage Huawei Oceanstor 5500 V5
- 2.1.2 - Version V500R007C30
- 2.1.3 - SN 2102351LVM10KA000001
- 2.1.4 - 5500 V5 (02351LVM) com 256GB cache
- 2.1.5 - 8 Interfaces 10GbE (SmartIO)
- 2.1.6 - 8 Interfaces 16GbFC (SmartIO)
- 2.1.7 - 34x SSD SAS de 3.84TB (2.5")
- 2.1.8 - 104x HDD NL-SAS 7.2K de 10TB (3.5")
- 2.1.9 - 6 DAEs (3x 4U, 3.5", 24 baias e 1x 2U)
- 2.1.10 - Diversas features licenciadas

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

3.1 - Os serviços técnicos de suporte e de manutenção corretiva dos equipamentos serão prestados pela Contratada observando-se as normas a seguir enumeradas:

3.1.1 - A manutenção corretiva do *hardware* consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de módulos, componentes e periféricos de informática, incluindo discos rígidos ou de estado sólido, conhecidos como SSD (Solid State Drive), que apresentem defeitos e/ou na execução de atualizações de *firmwares*, regulagens e ajustes que se façam necessários.

3.1.2 - A Contratada deverá possuir acesso aos *softwares*, *drivers*, *patches*, *firmwares* e microcódigos atualizados disponibilizados pelo fabricante do equipamento, de forma a prestar os serviços de manutenção e assistência técnica, sem ônus adicional para o Contratante.

3.1.3 - A Contratada deverá registrar, via sistema informatizado, para fins de controle e acompanhamento, todos os chamados técnicos feitos pelo Contratante, sem prejuízo do controle a ser realizado pelo Contratante.

3.1.3.1 - O acompanhamento da prestação dos serviços deverá ser realizado por intermédio de um número de chamado fornecido pela Contratada no momento da abertura do chamado técnico.

3.1.4 - A solicitação de suporte técnico poderá ser formulada pelo Contratante, em qualquer dia e horário, por meio de *e-mail*, *site* ou Central de Atendimento a ser informada pela Contratada.

3.1.4.1 - Para atendimento telefônico, deverá ser fornecido um número para contato com a Central de Atendimento que deverá prestar atendimento 07 (*sete*) dias por semana, 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, 365 dias por ano.

3.1.4.2 - A Contratada deverá fornecer telefone tipo 0800, sem custo adicional para o Contratante, ou número de telefone local, excetuando-se telefones celulares.

3.1.4.3 - O atendimento telefônico deverá ser em português do Brasil.

3.1.5 - Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá fornecer ao Contratante um relatório técnico que deverá conter no mínimo as seguintes informações:

3.1.5.1 - A identificação do chamado técnico;

3.1.5.2 - A data e hora de início de atendimento e término da assistência técnica;

3.1.5.3 - A descrição dos serviços executados;

3.1.5.4 - A indicação da peça e/ou componente eventualmente substituído;

3.1.5.5 - Caso pertinente, o relato referente às condições inadequadas ao funcionamento do equipamento ou sua má utilização, fazendo constar a causa e as medidas para a sua correção.

3.1.5.6 - O nome do técnico que efetuou e encerrou o atendimento técnico.

3.1.6 - É de responsabilidade da Contratada a coleta ou obtenção, presencial, de todas as informações, incluindo-se arquivos, complementares e necessários para a devida prestação do atendimento a partir da solicitação efetuada pelo Contratante por *e-mail* ou Central de Atendimento.

3.1.6.1 - Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas e originais, com garantia, enquanto perdurar o Contrato e deverão ter as mesmas características das peças que irão substituir.

3.1.6.2 - Caso o equipamento objeto deste termo pare de ser suportado por seu fabricante, a Contratada poderá requerer, por escrito, com as devidas fundamentações e comprovações, a desobrigação de cumprir o item anterior, sem prejuízo de sua responsabilidade em manter o funcionamento pleno do equipamento mantido.

3.1.6.3 - Ficará a cargo da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, a reposição de quaisquer peças que se fizerem necessárias com qualidade e capacidade superior as das peças que tenham apresentado defeito.

3.1.6.4 - As peças colocadas em substituição às defeituosas tornar-se-ão de propriedade do Contratante.

3.1.6.5 - A Contratada é responsável pelas eventuais atualizações de *software* tais como instalação de *drivers*, instalação de correções (*patches*) e atualização de BIOS e outros *firmwares* que se fizerem necessários a fim de remover os alertas e/ou falhas de *hardware* ou para permitir o funcionamento do equipamento e suas partes com as versões mais recentes dos *softwares*, *BIOS*, *firmwares* e *patches* disponibilizados pelo fabricante.

3.1.6.6 - Durante todo o período de vigência do contrato, é dever da Contratada realizar a atualização, sem ônus adicionais para o Contratante, dos *softwares* necessários ao funcionamento dos equipamentos objeto deste Contrato, fornecendo e instalando as novas versões ou releases

lançados.

- a) Os *softwares* aqui tratados incluem *softwares* de gerência, *firmwares* de BIOS (BASIC INPUT/OUTPUT SYSTEM), discos, controladoras e demais *drivers*.
- b) O Contratante abrirá chamado de criticidade BAIXA para que a Contratada efetue a atualização dos *softwares* mencionados no termo de referência.
- c) Caso a Contratante opte por realizar a atualização dos *softwares* tratados no item anterior, poderá fazê-lo sem necessidade de aviso prévio à Contratada, e esta última, deverá prestar o suporte necessário para a correta instalação e configuração dos *softwares*.

3.1.7 - Os serviços de manutenção presencial deverão ser executados nas dependências do Contratante e de maneira a não interferirem nas atividades do mesmo.

3.1.8 - A Contratada poderá, sempre que necessário e sem qualquer ônus para o Contratante, efetuar modificações nos equipamentos e seus subsistemas a fim de melhorar o seu funcionamento e/ou desempenho, desde que: estejam de acordo com as recomendações e boas práticas do fabricante; que não sejam alteradas as características funcionais básicas do equipamento; que seja preservada a compatibilidade com os *softwares* instalados e que seja com conhecimento e permissão prévia do Contratante.

3.1.9 - O Contratante poderá, mediante aviso prévio à Contratada, alterar a posição física ou a configuração do equipamento através da realização de upgrades de memória, processador, discos e instalação de periféricos, no período de vigência do Contrato.

3.1.10 - A alteração de posicionamento físico do equipamento dentro dos limites da sala cofre do Contratante deverá ser executada pela Contratada, quando a pedido do Contratante.

3.1.11 - A Contratada administrará e instalará as modificações de engenharia que se aplicarem ao equipamento de acordo com as recomendações do fabricante.

3.1.12 - A Contratada deverá substituir o equipamento do tipo *storage* por outro novo e de primeiro uso, com características iguais ou superiores, sempre que a soma dos períodos de paralisação total do equipamento, em virtude da necessidade de serviços de assistência técnica, ultrapassar 15 (*quinze*) dias corridos no ano.

3.1.12.1 - Esta substituição será em caráter definitivo, devendo ser providenciada em 15 (*quinze*) dias após a Contratada ter sido notificada pelo Contratante.

3.1.13 - As peças e componentes substituídos deverão ser apresentados juntamente com o item consertado.

3.1.14 - Qualquer peça ou componente que possa conter informação sensível, poderá ficar sob a posse definitiva do Contratante se julgar necessário, ainda que a peça ou o componente tenha sido formatado ou reinicializado.

3.1.15 - Por se tratarem de periféricos que contém informações sensíveis, nas atividades de manutenção realizadas pela Contratada, os discos rígidos ou de estado sólido (SSDs) defeituosos que forem substituídos poderão ficar sob a posse definitiva do Contratante. Dessa forma, quando a Contratada realizar a substituição, deverá deixar os discos defeituosos com o Contratante, se assim este requisitar.

3.1.16 - Os discos rígidos ou de estado sólido que contiverem informações sensíveis do Contratante poderão a seu critério ser retidos para a destruição apropriada dos dados e do dispositivo. Todas as demais peças repostas deverão obrigatoriamente ser recolhidas imediatamente após a conclusão do reparo pela Contratada.

3.1.17 - Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos às instalações do Contratante, pela retirada e entrega das peças, partes e componentes, assim como pelas despesas de transportes, fretes e seguros correspondentes.

3.1.18 - É vedado à Contratada a afixação de qualquer tipo de adesivo, plaqueta ou identificação nos equipamentos do Contratante.

3.1.19 - As peças a serem substituídas deverão obrigatoriamente ser acompanhadas do técnico que irá realizar a substituição, sendo vedado o envio antecipado de peças para o endereço do Contratante.

3.1.20 - O Contratante não se responsabiliza por peças de reposição enviadas antecipadamente ao reparo ou deixadas em suas instalações após a conclusão dos reparos. Nesses casos o Contratante pode proceder com o descarte das peças e aplicação de glosa.

3.1.21 - A Contratada deverá informar antecipadamente ao corpo técnico fiscalizador e setor responsável, o nome completo e o número da identidade ou CPF do técnico que irá realizar a visita técnica.

## 3.2 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - A tabela a seguir sintetiza as etapas de execução desta contratação:

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo</b>
01	Vistoria prévia opcional do equipamento.	Início: 10 ( <i>dez</i> ) dias antes da data do pregão. Fim: 4 ( <i>quatro</i> ) dias antes da data do pregão.
02	Assinatura do Contrato.	Após homologação do certame.
03	Reunião de Alinhamento de Expectativas.	Em até 10 ( <i>dez</i> ) dias corridos após a data de assinatura do Contrato pelo Contratante (Etapa 02).
04	Início da prestação dos serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware objeto da contratação.	No primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.
05	Recebimento provisório do objeto.	Imediatamente depois de efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.
06	Recebimento definitivo do objeto.	Até 02 ( <i>dois</i> ) dias úteis após o recebimento provisório
07	Pagamento Nota Fiscal.	No prazo de 5 ( <i>cinco</i> ) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado.  No prazo de 10 ( <i>dez</i> ) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor superior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado.
08	Envio do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO.	A Contratada deverá providenciar, em até 30 ( <i>trinta</i> ) dias após a assinatura do contrato, o envio do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, conforme modelo constante do Anexo I3 do Termo de Referência.

### 3.3 - DO LOCAL DE EXECUÇÃO:

3.3.1 - Os serviços de manutenção deverão ser executados na Sala Cofre do TRF2, na Rua Acre, nº 80, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20081-000. Telefone de contato: (21) 2282-8366.

## 4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:

4.1.1 - **Provisoriamente** – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante registro de recebimento do documento fiscal no Portal SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

4.1.2 - **Definitivamente** - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, **no prazo de 02 (*dois*) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

4.1.2.1 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

4.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

4.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

4.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no item 23 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

5.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.1.2 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

5.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

5.1.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

5.1.4.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

5.1.5 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 - São obrigações do Contratante as elencadas no item 22 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

7.1 - DO PREÇO:

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor (R\$)		
				Mensal	Anual	Total
1	Contratação de serviços de suporte e manutenção corretiva de hardware, com cobertura total de peças de reposição para Storage Huawei Oceanstor 5500 V5, pelo período de 02 (dois) anos.	Mês	24			
Valor Total (R\$)						



7.1.1 - O valor Total deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

7.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada estão incluídos a incidência tributária, demais encargos e insumos tais como materiais, equipamentos, licenças, emolumentos, mão de obra, transporte, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

## **7.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

7.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada.

7.2.1.1 - No prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

7.2.1.2 - No prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou superior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

7.2.1.3 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

a) O atesto do documento fiscal será lavrado no prazo de 02 (*dois*) dias úteis, contados da data do recebimento do documento fiscal, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

7.2.1.4 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

7.2.1.5 - Para fins do disposto no subitem 7.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2.2 - O documento fiscal deverá, obrigatoriamente, ser registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento, cujos procedimentos serão registrados no mencionado sistema;

7.2.2.1 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO - JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

7.2.2.2 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT, visando à apresentação do documento fiscal.

7.2.2.3 - Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

7.2.2.4 - Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal.

a) Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação.

7.2.3 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

7.2.3.1 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores, a ser encaminhada por meio de endereço eletrônico [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br).

7.2.4 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 7.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

7.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem

anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.2.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

7.2.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.2.7 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

### 7.3 - DO REAJUSTE:

7.3.1 - Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do IPCA calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = [(I - I_0) / I_0] \cdot P$$

onde:

$R$  = Reajuste

$I$  = nº índice da data do reajuste

$I_0$  = nº índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

$P$  = Preço a ser reajustado

7.3.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

7.3.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

7.3.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 7.3.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 7.3.2.

7.3.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

7.3.7 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
3.3.90.40.12	203.991	

8.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios de 2026 e 2027, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

## **9 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES:**

9.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO:**

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

10.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 90050/2025 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2025, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados (\_\_\_\_\_);
- c) Certificado de Vistoria, *se houver*, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, conforme documento nº \_\_\_\_\_.

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:**

12.1 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (*um*) servidor designado gestor do Contrato e 03 (*três*) servidores, sendo 01 (*um*) fiscal técnico, 01 (*um*) fiscal requisitante e 01 (*um*) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

12.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

12.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

12.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

12.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

12.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização da Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

13.1 - **DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

13.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 02 (*dois*) anos, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - **DO PRAZO DE GARANTIA:**

13.2.1 - A garantia dos serviços prestados perdurará durante toda a vigência do Contrato de

prestação de serviços e por mais 30 (*trinta*) dias após o seu encerramento, conforme estabelecido no item 34 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13.2.2 - Todas as peças destinadas à reposição deverão ser novas e originais, salvo nos casos devidamente justificados pela Contratada e aceitos pelo Contratante, com garantia enquanto perdurar o Contrato e por mais 30 (*trinta*) dias após o seu encerramento.

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

14.1 - Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de Contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1 - A garantia mencionada no subitem anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, **exceto o seguro-garantia**, no qual será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, conforme subitem 14.1.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

14.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

14.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

14.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

14.3 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

14.3.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor mensal do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

14.3.2 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor global do Contrato, a título de garantia.

14.3.2.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.3.2 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.3.2.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.3.2 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.3.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.4 - Em caso de Contrato com vigência superior a 1 (*um*) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do Contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 14.1.

14.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.7 - Será considerada extinta a garantia:

14.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

14.7.2 - Com a extinção do Contrato.

14.8 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

14.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

14.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações

contratuais;

14.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante;

14.9 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.8.2 e 14.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NSE) E GLOSAS:**

15.1 - Os Níveis de Serviço Exigidos (NSE) e Glosas estão previstos no item 18 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

## **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

## **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

17.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 - No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

17.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

17.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

## **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

## **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

---

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

---



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HENRIQUE DE ARAGÃO PEDROSO**,  
**Diretor**, em 24/06/2025, às 12:10, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.  
Nº de Série do Certificado: 3333545571928485941



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?)

`acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1` informando o código verificador **1079852** e o  
código CRC **6F7C5798**.